

Uma cidade, múltiplas experiências: africanos/as e afrodescendentes em Florianópolis (1888-1940)



Karla Leandro Rascke

Doutoranda em História Social
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo:

Este artigo esboça experiências de africanos/as e afrodescendentes em Florianópolis, na década seguinte à abolição da escravidão e nas primeiras do século XX, atentando principalmente para uma cidade em mudanças estruturais — demolição dos casebres, desapropriação, reconstruções, saneamento, calçamentos, intensificação dos serviços de iluminação pública, canalização dos rios. A partir de alguns caminhos percorridos por homens e mulheres de origem africana, vinculados à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, propomos conhecer uma cidade múltipla, marcada pela presença de africanos/as e afrodescendentes. Deste modo, adentramos em expressões do cotidiano de irmãos e irmãs, conhecendo alguns caminhos trilhados, trajetórias em busca de dignidade e sobrevivências, constituindo sociabilidades, memórias e culturas. Nossas fontes para este trabalho pautaram-se em imagens e fotografias, códigos de postura, atas e livros-caixa da irmandade.

Palavras-chave:

Brasil — História — Primeira República (1889-1930)
Florianópolis (SC) — Negros — Condições sociais
Urbanização

Este artigo é fruto de minhas discussões para a realização da dissertação de mestrado intitulada *"Divertem-se então à sua maneira": festas e morte na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Florianópolis (1888 a 1940)*, apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2013, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Antonieta Martines Antonacci.

Nossa Senhora do Desterro, fundada oficialmente por volta de 1651, situada na Ilha de Santa Catarina, constituiu-se importante núcleo central de apoio ao processo de ocupação promovido pela Coroa Portuguesa na região do Brasil meridional. Localizada no caminho entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, seu porto era destaque e possibilitou a sua característica de base militar, inicialmente influenciando na escolha para sede da Capitania de Santa Catarina durante o século XVIII, por meio do qual a elite mercantil, nos séculos XVIII e XIX, controlou a economia do centro-sul da região. Esta elite também controlava pontos estratégicos, ocupando cargos administrativos e militares, responsáveis em um primeiro momento pelo abastecimento da Corte do Rio de Janeiro e, posteriormente, através do comércio de cabotagem, pela ampliação dos contatos entre Desterro e o Rio Grande do Sul, Montevidéu e Buenos Aires.¹

A cidade tornou-se capital da Província de Santa Catarina em 1823: uma póvoa pequena, poucos habitantes e esparsas casas, presença marcante de elementos da natureza, alterando-se com o tempo, quando casas, construções, ruas e outras características do processo de colonização da cidade, alteraram a paisagem.

Com o advento da República, em 1889, tornou-se Florianópolis (1894), passando por profundas transformações urbanas, no contexto do processo de modernização das principais capitais do Brasil. Junto a estas transformações estruturais e organizacionais, ocorreu a emergência de novas elites, sobretudo de origem germânica, em confronto com as práticas e experiências de luso-brasileiros na condução dos destinos do estado.² A cidade vivenciou um processo de modernização aliado a estruturas comandadas por estas novas elites. Até a República, Desterro-Florianópolis era mercantil, controlava o mercado de farinha de mandioca e abastecimento interno da Corte do Rio de Janeiro, resquícios de atraso para os “novos tempos”.³

1 Sobre Desterro no século XVIII e primeira metade do século XIX, especialmente discutindo laços de parentesco e relações de compadrio envolvendo africanos e também a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, num olhar africanizado sobre a cidade: Cláudia Mortari Malavota, *Os africanos de uma vila portuária do sul do Brasil: criando vínculos parentais e reinventando identidades. Desterro, 1788/1850*, Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

2 Paulino de Jesus Francisco Cardoso e Cláudia Mortari Malavota (Orgs.), *Pretos/as do Rosário: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (século XIX)*, Itajaí, Casa Aberta, 2008.

3 Cardoso, *Negros em Desterro: experiências das populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX*, Itajaí, Casa Aberta, 2008, p. 31.

Durante o século XIX percebemos mudanças na estrutura da cidade. Se até o ano 1837, sua iluminação dependia da lua cheia ou de alguns moradores que recebiam um trocado da Câmara, nas noites de festa, para acenderem os lampiões de suas casas, percebemos em meados do século a preocupação de iluminar as vias públicas. Este serviço, como muitos outros fundamentais para o andamento da cidade, foram realizados por populares de origem africana. A iluminação pública foi inaugurada com cinquenta candeeiros, funcionando a óleo de baleia, administrados por uma concessionária, cujos empregados, muitos deles cativos, deveriam acender os pavios nas noites escuras (sendo desnecessário quando eram refletidas pela lua) e reacender quando o vento ou alguém as apagasse. Nos anos seguintes, o serviço sofreu modificações, outros contratos foram assinados e rescindidos e a cidade, eventualmente, ficava às escuras, com falta de verba pública. A iluminação funcionou com muita precariedade até o início do século XX.⁴

Segundo interpretação de Hermetes Reis de Araújo, ao analisar este período “transitório” de uma cidade antiga com paisagem antiquada, para uma capital em pleno século XX, aconteceram em Florianópolis processos de demolições, desapropriações, reconstruções, saneamento, calçamentos, intensificação dos serviços de iluminação pública, canalização de rios e, o que nos interessa discutir particularmente, a demolição dos casebres que se situavam em áreas de bairros mais próximos ao núcleo central, expulsando dali seus moradores.⁵ As elites locais fizeram um investimento decisivo no sentido de resolver a situação destas zonas da cidade, há muito tempo, consideradas como alguma coisa perigosamente problemática.

Conforme Paulino de Jesus Francisco Cardoso, até a década de 1870, as elites lusas de Desterro baseavam-se nas atividades da produção e comércio de farinha e demais produtos necessários ao abastecimento da Corte, além de outras províncias com as quais negociavam, experimentando

4 Cardoso, “A vida na escola e a escola da vida: experiências educativas de afro-descendentes em Santa Catarina no século XX” in: Jeruse Romão, *História da educação do negro e outras histórias*, Brasília, SECAD, 2004; Graciane Daniela Sebrão, *Presença/ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro — Santa Catarina (1870-1888)*, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, p. 31.

5 Hermetes Reis Araújo, *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 24; Roselane Neckel Kupka, *Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis — 1910/1930*, Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

impactos sócio-políticos com a presença de novas forças em ascensão, sinais de germanização em Florianópolis.

Em nosso entendimento, diferentes de Hermetes Reis de Araújo e Joana Maria Pedro, a década de 1880 e as tensões políticas que atravessaram os primeiros anos da república, não foram em função da ascensão de classes mercantis, em confronto com as antigas elites civis e militares. Neste período, afirmaram-se novas casas de negócios que eram desde os anos de 1870, dirigidas por comerciantes de origem não-portuguesa. Estes comerciantes foram paulatinamente ocupando os espaços tradicionalmente controlados pelos lusos.⁶

De acordo com o autor, ruas foram ganhando nomes ilustres, relacionados à República e outras atividades lucrativas; nomes com novas fonéticas começaram a despontar comercialmente, como os Wanzeller e Wellman & Bade; outros se manifestaram politicamente, como os Müller e os Luz.⁷ Lauro Müller assumiu o governo do estado em 1889 e, para fortalecimento do Partido Republicano instituiu Conselhos Municipais, no lugar das Câmaras, permitindo assim a indicação efetiva de cargos políticos para as prefeituras, ampliando a consolidação do partido. Os diversos grupos que formavam o Partido Republicano — republicanos “históricos” (que haviam lançado o manifesto Republicano durante o Império), militares, positivistas e políticos dos antigos partidos existentes no Império (conservadores e liberais) — estavam insatisfeitos com as medidas do partido e seu modo de governar.

Em 1891 surgiu então um partido de oposição, o Partido da União Federativa, formado por ex-membros do Partido Republicano Catarinense (PCR). Lauro Müller renunciou e o governo ficou sob a responsabilidade de uma junta. Em 1893 eclodiu a Revolução Federalista e, em 1894, assumiu Hercílio Luz (PCR), resultado do embate vitorioso contra os federalistas. Foi neste período que a mudança de nome da cidade se concretizou, uma homenagem a Floriano Peixoto.

6 Cardoso, *Negros em Desterro*, p. 32. As obras citadas são Araújo, *A invenção do litoral*; e Joana Maria Pedro, *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*, 2. ed, Florianópolis, UFSC, 1998.

7 Consultar, em especial, o primeiro capítulo de Norberto Dallabrida, *A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República*, Florianópolis, Cidade Futura, 2001. Referimo-nos, em especial, aos governos de Lauro Müller e Hercílio Luz.

O governador Hercílio Luz, em 1900, indicou seu primo Felipe Schmidt para assumir sua posição. Lauro Müller e Hercílio Luz tinham divergências políticas, apesar do pertencimento ao mesmo partido. Hercílio também esteve entre os dirigentes políticos e atuou em diferentes instâncias do estado, sendo governador entre 1894 e 1898 e depois na década de 1920.⁸ Em 1918, Luz e Müller lançaram-se para eleição no governo do estado, como governador e vice, criando nesta disputa a oposição da oligarquia dos Ramos, ligados ao latifúndio do planalto serrano de Santa Catarina.⁹

Reconfigurou-se um novo cenário permeado por confrontos entre estilos de vida ou visões de mundo, pois ruiu um antigo modo de pensar a cidade, baseado nos ideais lusos, das elites portuguesas.¹⁰ As novas elites procuravam distanciar-se das antigas elites imperiais (lusas) e das classes populares, em especial por meio de mecanismos estéticos, sociais e econômicos. A elegância e refinamento, normas de conduta e práticas culturais destas camadas abastadas era importada, europeia, excludente e imperialista.¹¹

As reformas urbanas de Florianópolis ocorreram efetivamente na Primeira República, sendo a nova elite republicana responsável pela remodelação de espaços e práticas urbanas.¹² A “picareta modernizadora” empurrou afrodescendentes, pobres e desvalidos para as periferias da cidade, “especialmente com a abertura da Avenida Hercílio Luz, que delimitou a segregação espacial e provocou o início da ocupação dos morros adjacentes ao centro urbano”.¹³

8 Walter F. Piazza, *Dicionário político catarinense*, 2. ed, Florianópolis, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1994; Marcos Juvêncio de Moraes, “Do Governo Provisório ao fim da Primeira República: 30 anos de intrigas políticas no Governo Catarinense” in: Encontro de Economia Catarinense (5.: 2011: Florianópolis), *Artigos completos*, Florianópolis, APEC, 2011, http://www.apec.unesc.net/V_EEC/sessoes_tematicas/História_Econômica/DO_GOVERNO_PROVISÓRIO_AO_FIM_DA_PRIMEIRA_REPÚBLICA.pdf, acesso em 24 maio 2014.

9 Para maiores informações, consultar: Jaci Guilherme Vieira, *História do PCB em Santa Catarina: da sua gênese até a Operação Barriga Verde — 1972 a 1975*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

10 Cardoso, *Negros em Desterro*, p. 33.

11 Dallabrida, *A fabricação escolar das elites*, p. 61.

12 Dallabrida, *A fabricação escolar das elites*, p. 59.

13 Dallabrida, *A fabricação escolar das elites*, p. 62. Trabalhamos com a noção de afrodescendentes ou populações de origem africana, não no sentido de uma raça, mas enquanto grupos populacionais com suas perspectivas de cultura, na tentativa de fugir dos “pesos” que termos como “negro” pode carregar enquanto uma identidade entre pessoas das mais variadas origens e experiências, possível homogeneidade e ideologia, o que não nos cabe trazer neste texto. Percebemos, nos irmãos e irmãs do Rosário que vivenciaram o

A partir dos detalhes apresentados por Araújo e através de conexões estabelecidas com a obra de Cardoso e Mortari, percebemos que os espaços desapropriados pelas elites dirigentes, concretizadoras das reformas urbanas, eram ocupados, em grande parte, por populações de origem africana. O período ao qual nos referimos situa-se no final do século XIX e inícios do XX e a cidade, até o momento, apresentava um número considerável de afrodescendentes, principalmente nas áreas compreendidas no que hoje é o seu centro (historicamente antiga Freguesia), em virtude mesmo da própria organização do antigo sistema escravista.¹⁴ Deste modo, a intencional retirada destas populações de seus recintos impulsiona as populações “não desejáveis” para outros espaços.

Rosângela Miranda Cherem salienta a existência de uma espacialização social, pois no centro da cidade localizava-se o comércio e a administração pública, e nas “franjas desta área se registrava a presença de outros segmentos sociais, que habitavam cortiços ou casas muito pequenas, geralmente superlotadas”.¹⁵ Conforme indicação da autora, além dos indesejáveis que se localizavam rodeando o centro da cidade, as elites ainda se preocupavam com a imagem da capital manchada pela localização inadequada do seu cemitério e todo tipo de argumentos estéticos e higiênicos contrários a tais situações. Hermetes Reis de Araújo bem salienta, em outro momento, quais populações tinham suas habitações condenadas, estando impróprias para a nova ordem da cidade:

os habitantes que formavam a população de pescadores, biscateiras, carregadores, trabalhadores do porto, meretrizes, mendigos, etc., tinham nos bairros da Figueira, assim como no da Tronqueira, da Toca e da Pedreira (todos na área do centro urbano) o seu lugar de maior concentração e convívio.¹⁶

espaço urbano de Florianópolis, muitos “dissabores” entre si, acontecimentos que nos permitem interpretar diversidades e dinâmicas de identificação. Ao pensar em populações de origem africana, despertamos para possibilidades mais amplas, podendo inserir e tentar vislumbrar diferentes povos e experiências. Consultar: Cardoso, *Negros em Desterro*; Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, “Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950”, *Afro-Ásia*, 29-30 (2003), p. 247-269.

14 Claudia Mortari e Paulino de Jesus Francisco Cardoso. “Territórios negros em Florianópolis no século XX” in: Ana Brancher (Org.), *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*, Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1999, p. 83-101.

15 Rosângela Miranda Cherem, “Do sonho ao despertar: expectativas sociais e paixões políticas no início republicano na capital de Santa Catarina” in: Ana Brancher e Silvia Maria Fávero Arend (Orgs.), *História de Santa Catarina no século XIX*, Florianópolis, EdUFSC, 2001, p. 299.

16 Araújo, *A invenção do litoral*, p. 36.

A relação estabelecida entre estes territórios que se formavam na cidade e nosso tema de pesquisa refere-se ao fato de que muitos destes “migrantes” advindos das reformas urbanas eram também integrantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito.¹⁷ Estes territórios formados por populações de origem africana, vindos de diferentes municípios da Grande Florianópolis e daqueles/as que saíram das regiões centrais da cidade, compreendiam, nos dizeres de Cardoso e Mortari, “territórios negros”. Para os autores, com a instalação de serviços de bondes, água e esgoto, aterros e demolições, foram sendo destruídos estes antigos territórios negros. Lugares como a Tronqueira (atual Artista Bitencourt, por ironia da história, um dos poucos abolicionistas populares), a Figueira (na Conselheiro Mafra), Toca (rua São Martinho), Beco do Sujo (Hercílio Luz), foram sendo eliminados, “a bem da tranquilidade pública”.¹⁸

Estes antigos bairros foram alvo das reformas urbanas, dos sonhos de uma cidade limpa, higienizada e que rumava ao progresso. Lugares de gente humilde, das camadas populares, zonas indicadas pelas autoridades e elites locais como áreas de meretrício, espaço de lavadeiras, soldados, “gentes do mar”, estavam distantes dos objetivos de bairros de classes abastadas, como a Praia de Fora e Mato Grosso, onde ficavam afastados das “perdições” existentes no centro, em meio a populares.

A cidade apresentava um número considerável de afrodescendentes, principalmente nas áreas compreendidas no que hoje é o centro da cidade de Florianópolis, antiga Vila de Desterro. Conforme questões trazidas por Fernando Henrique Cardoso, em relação aos quantitativos populacionais, explicitando a presença das populações de origem africana, depreende-se que, em 1866, a freguesia de Desterro tinha 4.361 brancos, 1.275 pretos

17 As irmandades são organizações religiosas criadas na Idade Média, entre os séculos XII e XV, na Europa, com objetivo inicial de congregar fiéis em torno da devoção a um santo escolhido como padroeiro. Estas associações seguiam algumas regras internas estabelecidas num “compromisso” que definia objetivos, obrigações dos irmãos, deveres, formas de entrada, taxas de pagamento e outras. Apesar de surgirem por meio do catolicismo, estas irmandades eram organizadas por pessoas comuns, normalmente chamadas leigas. Estas irmandades passavam pelas instâncias da Igreja para aprovação, mas eram mantidas, organizadas e administradas pelos irmãos leigos, compostos numa mesa administrativa. Além da finalidade religiosa impressa nas irmandades, tinham função social, auxiliando na resolução de problemas econômicos, prestando assistência em caso de doenças ou desamparo e pobreza. Um dos trabalhos pioneiros sobre irmandades religiosas no Brasil, em especial irmandades organizadas por populações de origem africana, é Julita Scarano, *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*, São Paulo, Nacional, 1978.

18 Mortari e Cardoso, “Territórios negros em Florianópolis no século XX”, p. 92.

e 838 pardos; em 1872, havia 5.884 brancos, 1.910 pretos e 1.296 pardos. Tais números permitem considerar que a população afrodescendente, nos dois períodos, chegava, respectivamente, a 32,64% e 35,27%.¹⁹ Dados coletados por André Luiz Santos, no jornal *O Conciliador*, permitem-nos ampliar um pouco estas informações sistematizadas por Cardoso.

Quadro 1
População da Ilha de Santa Catarina (1872)²⁰

	Desterro	(%)	Município	(%)	Freguesias	(%)
Branca	5.232	66,1	18.319	75,9	13.087	80,7
Parda	1.255	15,8	2.661	11,0	1.406	8,6
Preta	1.432	18,1	3.164	13,1	1.732	10,7
Total de pretos e pardos	2.687	33,9	5.825	24,1	3.138	19,3
Total	7.919		24.144		16.225	
Mulheres	4.122	52,1	12.490	51,7	8.368	51,6
Homens	3.797	47,9	11.654	48,3	7.857	48,4
“Que sabem ler”	3.515	44,4	6.816	28,2	3.019	18,6
Livres			20.785	86,1		
Escravos			3.359	13,9		
Brasileiros	7.097					
Estrangeiros	822	11,7	1.047	4,3	225	1,4
Alemães	278					
Africanos	209					
Portugueses	198					
Espanhóis	39					
Italianos	37					
Franceses	27					
Paraguaios	14					
Inglese	8					
Austríacos	6					
Holandeses	4					
Russos	2					

Apesar da crítica do jornal com relação ao Censo de 1872, afirmando que na cidade existiam mais habitantes do que os dados

19 Merce nota a obra de Fernando Henrique Cardoso, *Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas*, Florianópolis, Insular, 2000, importante no rompimento com uma historiografia catarinense que incluía as populações de origem africana apenas da perspectiva economicista e, mesmo assim, com participação irrelevante. Os dados (p. 136, quadro IV) e a bibliografia utilizados são extremamente importantes e permitiram novos estudos e discussões sobre relações raciais e história de africanos/as e seus descendentes em Florianópolis, em especial. No entanto, Fernando Henrique Cardoso não conseguiu perceber táticas, estratégias e visões de mundo destas populações nos documentos e informações que analisou. Sua visão prendeu-se aos limites da discussão sobre relações raciais, sem, no entanto, aprofundar como “os oprimidos” neste processo, atuaram, lutaram e tentaram se impor enquanto sujeitos.

20 Tabela organizada por André Luiz Santos a partir do Recenseamento Geral 1872, e do jornal *O Conciliador* de 17 e 24 de abril, 1 e 8 de maio de 1873, ano II, números 59, 60, 61 e 62. Santos, *Do mar ao morro: a geografia da pobreza urbana em Florianópolis*, Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, p. 133.

apresentaram, o material destaca a presença das populações de origem africana. Os dados são significativos para a compreensão do quantitativo populacional de origem africana existente em Desterro-Florianópolis no período. O censo apresenta dados anteriores ao período estudado por nós, mas, além de enfatizar a presença marcante, permite-nos inferir que o período posterior — fins do século XIX e começo do XX — contava com uma população africana e afrodescendente expressiva para a cidade.

Utilizamos como marco referencial para pensar os populares afrodescendentes que se apresentam nas fotografias, questões levantadas por Carlos José Ferreira Santos. Este estudioso capta e analisa “dimensões da experiência e do modo de viver de parte da parcela nacional pobre dos paulistanos — caipiras, lavadeiras, ‘pretos véios’, carroceiros, quituteiras, vendedores de ervas e outros ambulantes — aparentemente indesejada pelos grupos no poder”, através de fotografias cujo objetivo principal não era apresentar estes populares.²¹ No entanto, estas figuras constituem presença marcante às margens das fotografias e, apesar de representarem sinal de atraso ao progresso, conforme proposto pelas elites, fizeram parte de vivências e experiências de uma cidade em movimento. Situadas nas bordas destas imagens, Santos conseguiu perceber importantes detalhes sobre formas culturais, práticas e profissões exercidas por estas pessoas, na virada do século XIX para o XX. Seu trabalho consegue flagrar personagens que contradizem os discursos dominantes das elites republicanas, pois

ao contrário dos relatos que os apresentavam como um “meio conhecido de sobrevivência” ou “vagabundos”, os nacionais surgem em quase todas as fotos com algum tipo de ocupação ou carregando algo. [...]

Percebe-se logo de início que aquela população da Várzea, descrita como “vivendo em uma promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa”, quase sempre aparece carregando trouxas, cestas, tabuleiros e balaios; lavando roupas; tratando de cavalos; conduzindo carroças; ou talvez esperando carregar mercadorias em frente dos mercados.²²

Assim, as contribuições reflexivas deste autor permitem que esboçemos também algumas imagens e vivências de populares de origem

21 Carlos José Ferreira Santos, *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*, 3. ed, São Paulo, Annablume, Fapesp, 1998, p. 25.

22 Santos, *Nem tudo era italiano*, p. 82, 97.

africana em Florianópolis nesta época. Temos para este artigo algumas imagens recolhidas em diferentes acervos de Florianópolis, conforme indicação de nossas fontes. Dentre elas, escolhemos algumas que destacam, em sua apresentação, afros e afazeres na cidade e outras que os mostram sob uma perspectiva secundária na fotografia. Estão “disfarçados” em meio a pessoas e paisagens. Diante disso, optamos por fotografias sobre o trabalho e a movimentação aos arredores do Mercado Público, espaço muito frequentado por populares de origem africana e na qual desenvolveram diferentes atividades e sociabilidades, além de disputas por espaços com alemães, lusos e libaneses naqueles fins do século XIX e início do XX.²³

Esta fotografia, da década de 1910, permite vislumbrar o transporte de mercadorias via carroças, a venda de leite pelos leiteiros, homens fardados, crianças, homens da roça que trouxeram seus produtos para vender no mercado, vindos de diferentes lugares...²⁴ O foco principal está voltado para a presença de carroças e suas mercadorias, encontradas à Rua do Mercado, sinalizando a movimentação de inúmeras pessoas. Vemos que a carroça à esquerda está cercada por três homens afros, tendo dois deles feito pose para a fotografia (o condutor e o senhor à direita próximo a uma criança). A carroça, situada à direita da foto, tem produtos sobre sua estrutura e consideramos complicado perceber se o senhor ao lado direito da carroça é seu proprietário (ou então presta serviços ao dono da carroça), sem identificar com maior firmeza também sua origem. Carroceiros conduzindo uma carroça com materiais de construção (telhas e alguma sacaria com cal ou areia), uma mulher ao fundo carregando trouxas sobre a cabeça, crianças e homens (ambos de origem africana) descalços; a “modernidade” dos trilhos

23 Utilizaremos neste trabalho o termo afro como significante mesmo de origem africana. Em minicurso realizado com a professora Íris Amâncio, em 2012, no Seminário de Literatura Infantil e Juvenil (5.: 2012, Florianópolis), discutiu-se que o radical “afr-” indica algo ou alguém relativo a África e, nestes termos, apesar do pouco uso acadêmico que se faz do termo “afro”, seu sentido se completa ao indicarmos tratarem-se de pessoas ou grupos de origem africana..

24 Sobre os lugares de procedência de diferentes comerciantes e vendedores de produtos, consultar: Cardoso, *Negros em Desterro*; Joice Farias, *A Lagoa da Conceição também é dos pretos! Experiências dos grupos populares no leste da Ilha de Santa Catarina (1870-1920)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003; Haroldo Silis Mendes da Silva, *“Carroceiros, quitandeiras, marinheiros, pombeiros e outras agências”: trabalho e sobrevivência de africanos e afro-descendentes em Desterro na década da abolição*, Monografia (Graduação em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001; Priscila Catarina Hoffmann, *Negros de São Pedro: experiências das populações de origem africana no pós-abolição em São Pedro de Alcântara*, Monografia (Graduação em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

de bonde sobre a rua calçada e os cabos de linha telefônica. Contrastes de uma cidade em transformação.

Imagem 1

Mercado Público, meados da década de 1910.²⁵



Interessante ressaltar que uma parcela dos fotografados fez pose ou, pelo menos, mirou o olhar na direção do fotógrafo, talvez uma situação “nova” em suas vidas, afinal muitos provavelmente não tiveram outro registro fotográfico antes. A “fotografia é uma representação elaborada cultural/estética/tecnicamente” e seu processo de registro envolve construção de representação, pois o fotógrafo, ou quem o contratou para o trabalho, possui intenções, subjetividades e objetivos na produção daquele momento capturado pela câmera.²⁶

25 Brasil, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (BR IHGSC). Ver, também, o site da instituição: www.ihgsc.org.br, acesso em 10 nov. 2011.

26 Boris Kossoy, “Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia” in: Etienne Samain, *O fotográfico*, São Paulo, Hucitec, 1998, p. 41-48.

No entanto, para além de serem de origem africana ou não, a intenção da fotografia era retratar, de algum modo, o Mercado — moderno, simétrico e padronizado aos moldes de uma cidade desejada — e suas atividades de comércio. Não sabemos quem produziu esta fotografia e se as intenções seriam mostrar um Mercado Público novo, recém-construído, ou a ainda presente precariedade do transporte de mercadorias, o atraso “indigno” para uma capital.²⁷ O padrão de construção destoava da ocupação realizada pelas pessoas neste espaço; afinal carroças, sacarias, burros, leiteiros, homens e mulheres de origem africana, compunham a heterogeneidade nada padronizada que a dita modernidade da capital pretendia.

A figura do leiteiro aparece no canto inferior direito da imagem e também esta atividade estava sendo realizada por um popular de origem africana. Este serviço, feito de casa em casa ou nas ruas em volta do Mercado, sinaliza um hábito da população com relação à compra do leite. Assim como muitos produtos alimentares vendidos nas ruas e de porta em porta, o leite também o era. Não sem reclamações dos olhares médico-higienistas ou sanitaristas, que viam em tais práticas, além de problemas de ordem sanitária, condutas populares indesejáveis e muitas não autorizadas.²⁸ Por exemplo, temiam o contato das elites abastadas, republicanas e modernas com estas “más condutas” e práticas.²⁹

27 O Mercado Público teve sua primeira construção realizada em 1851. “Em 1838, o governo da província autorizou a construção de uma Praça de Mercado e em 1845, com a visita de Dom Pedro II e do Bispo do Rio de Janeiro, a Câmara de Desterro aprovou a mudança de lugar das barracas e quitandas. O centro urbano foi higienizado, e as barraquinhas foram removidas para as proximidades do Largo Santa Bárbara, junto à Ponte do Vinagre, fora do perímetro urbano. Em 1851 o primeiro prédio do Mercado Público foi construído ao sul do Largo da Igreja Matriz, junto ao mar”, conferir: 1899 — história do Mercado Público de Florianópolis. Disponível em: <http://www.bemsul.com/sc/florianopolis/1899-historia-do-mercado-publico-de-florianopolis/>, acesso em 9 jun. 2012. No final do século construiu-se um novo Mercado inaugurado em 1899 que em 1915 também passou por reformas. Estas reformas significaram também a ampliação do mercado quando se construiu uma nova ala sobre um aterro realizado na região.

28 Nas ruas paralelas ao porto da cidade de Desterro-Florianópolis estavam instaladas as casas comerciais, o Mercado Público, as linhas de bonde, o cais e muita gente “sem eira nem beira”, no ponto nevrálgico de uma região que foi alvo marcante das políticas e ações médico-higienistas. Cardoso, *Negros em Desterro*; Vanderlei Machado, *Entre Apolo e Dionísio: a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930)*, Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 23.

29 Ver Juliane Moreira Brignol, *Bordados do destino: saberes das mulheres afro-descendentes na passagem do século XIX ao XX na capital de Santa Catarina*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002; Araújo, *A invenção do litoral*; Kupka, *Tensões e imagens*.

Os olhares fotográficos e imagéticos produzidos sobre as populações de origem africana, desde a expansão marítima, possuíam intenções exploratórias, analisando a natureza e o outro que a habitava. Nos séculos XVIII e XIX, em especial, um grande número de pinturas, fotografias, cartões-postais e diferentes ilustrações, aliados aos relatos de viajantes, registraram o “diferente”, de modo a confirmar a “identidade de homem branco europeu”, carregados “em seu espírito de imagens preconcebidas da realidade que iriam encontrar”.³⁰

Muitas foram as imagens compondo a ideia de um mundo do trabalho no século XIX, cujas figuras eram lavadeiras, cativos domésticos, homens e mulheres da lida nas lavouras, artesãos, vendedores de aves e doces, carregadores, e muitos outros. “Na condição de escravos ou libertos, contribuíram para o burburinho das cenas urbanas, tomando conta do cais do porto, das ruas, chafarizes, feiras, vendas e mercados”.³¹ Estas imagens, longe de compor um retrato fidedigno da realidade, constituem visões de mundo, representações e tentam, de acordo com cada fotógrafo, ou pintor, dar tons a realidades múltiplas.

Na República, apesar de alterações quanto à condição jurídica do sujeito de origem africana fotografado, das mudanças nas técnicas imagéticas, persistiu a ideia de “aparência do passado”. A mentalidade do “consumidor de imagens permaneceu a mesma, estimulando a exploração comercial do antigo tema: o negro como modelo de representação”.³² As fotografias analisadas por Kossoy e Carneiro, relativas ao período do final do século XIX, realçam o trabalho, as profissões, além dos trajés. Homens e mulheres, carregadores, vendedoras de frutas, barbeiros, enfim, diferentes ofícios de um viver urbano permeado de africanos/as e afrodescendentes. Capturas fotográficas que se assemelharam às imagens produzidas sobre Florianópolis na virada do século XIX para o XX, envolvendo trabalhadores de origem africana em seus afazeres quotidianos.

Estevão Manoel Brocardo, homem claro, associado à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, pagava seus impostos municipais por duas carroças de sua propriedade em 1906. Esteve coligado à

30 Boris Kossoy e Maria Luiza Tucci Carneiro, *O olhar europeu: o negro na iconografia brasileira do século XIX*, São Paulo, Edusp, 2002, p. 19, 25.

31 Kossoy e Carneiro, *O olhar europeu*, p. 109.

32 Kossoy e Carneiro, *O olhar europeu*, p. 195.

Irmandade do Rosário durante os anos de 1866 a 1885. Conviveu durante aproximadamente duas décadas com o irmão Dionísio da Silveira Pedro, que entrou na confraria com apenas 17 anos de idade (em 1863) e lá permaneceu até 1895. Dionísio aparece registrado como pedreiro, solteiro e cativo de João Narciso da Silveira.³³ Não sabemos, com base na documentação, como adquiriu a liberdade: se foi alforriado ou apenas com a abolição em 1888 chegou a esta condição. Dionísio entrou com 17 anos na associação, ainda na condição de cativo. Compreendemos que, para o período (1863), estando nesta condição, participar dos quadros de uma irmandade poderia indicar garantias, inclusive no caso de morte, como possibilidade de um enterro digno e cortejo dos associados. Em 1892, última vez que localizamos Dionísio nos registros da irmandade, ele estaria com 42 anos. Por que deixar a associação sabendo das dificuldades de assistência mortuária e social no período? Teria encontrado alguma nova associação, clube, sociedade que possibilitasse melhores garantias do que a irmandade? Seria possível pensar outros espaços, territórios ocupados por populares de origem africana além da irmandade, novos horizontes de expectativas fazendo sentido às vidas e práticas de pessoas comuns em busca por cidadania e dignidade?

O irmão Joaquim Agostinho Vieira adentrou oficialmente na Irmandade do Rosário em 1897, quando de sua matrícula e pagou seus anuais até 1903 quando, não sabemos o motivo, deixou a instituição. Joaquim tinha uma carroça, conforme encontramos registro no jornal *A República*, referente ao pagamento de imposto do ano de 1896, cobrado pelo governo municipal. Também pagou seus impostos, referentes a uma carroça, o irmão João dos Passos e Silva.³⁴ João associou-se à irmandade em 1895, quando Dionísio da Silveira Pedro (liberto) registrou o pagamento de sua última anuidade. Este último, pedreiro; o primeiro, carroceiro. Dionísio havia experienciado a condição de cativo, diferentemente de João, um cidadão livre. Ambos prestavam devoção a Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, caminhavam nas ruas da antiga Desterro, “nova” Florianópolis, a esmolar pela irmandade, participar de procissões, vender seus produtos e serviços nas ruas da capital. João transportava produtos para serviços como Dionísio,

33 Brasil, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (BR, IRSB), Tabela de Registro de Irmãos, 1816-1937. Transcrição realizada por Maristela dos Santos Simão e Michelle Maria Stakonski.

34 *A República*, 24 set. 1896 (disponível no Setor de Obras Raras da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina).

que era pedreiro e, provavelmente, ajudara em obras necessárias na cidade, na capela da irmandade e nas casas que esta possuía.

A irmã Luisa Amélia da Costa entrou na irmandade em 1859 e permaneceu como associada até o ano de 1906.³⁵ No momento de sua adesão estava na condição de cativa. Seus dois registros posteriores (datados de 1896) apontam a condição de livre, e que foi excluída por não pagar seus anuais. Encontramos seu registro no jornal *A República*, em 1896, como dona de tabuleiro, tendo pagado seus impostos referentes ao exercício de 1897.³⁶ Segundo interpretação de Juliane Moreira Brignol, em interessante trabalho sobre as práticas de mulheres afrodescendentes na Desterro/Florianópolis, das décadas finais do século XIX e começo do XX, várias mulheres das chamadas classes populares, muitas delas de origem africana, desenvolviam ofícios nas casas e ruas da cidade. Nas palavras da autora:

Os ofícios exercidos por essas mulheres variavam muito, alguns desses eram compartilhados por várias delas. O cotidiano recheado de atividades, desde o riacho com outras mulheres lavando as roupas da família, do quarto ou da cozinha da sinhazinha, do tabuleiro na esquina, da lavoura, ou do engenho, todos serviços com o uso do corpo, com o corpo à mostra, o que ocorria mesmo quando as autoridades tentavam a toda prova vigiá-las, separá-las, ou mesmo disciplinar seus hábitos e suas manifestações culturais.³⁷

Muitos destes ofícios eram realizados em fins do período escravista, junto a outras atividades, como a venda em tabuleiros, afazeres de lavadeiras, engomadeiras, quituteiras, trabalhos domésticos em geral, que acabaram por continuar sendo desenvolvidos, em grande parte, por estas mulheres.³⁸ Podemos imaginar que a irmã Luisa Amélia da Costa

35 A irmã Luisa Amélia da Costa está registrada na *Tabela de Irmãos* desde 1859 e nos anos de 1898 e 1899 foi Juíza por Devoção de Nossa Senhora do Rosário. Encontramos seu nome eleito para o cargo por dois anos consecutivos. BR IRSB, Livro Ata, 3, ff. 46v, 47, 50, 50v.

36 *A República*, 25 set. 1896.

37 Brignol, *Bordados do destino*, p. 22.

38 Em relação às vendedoras em tabuleiros, Cabral expõe alguns indícios de como era este comércio em épocas festivas. “À frente da Matriz, no adro, alinhavam-se as doceiras, com os seus baús de folha, coloridos, ou caixas com tampo de vidro [...]. E havia o tabuleiro do arroz doce, com umas latinhas pouco maiores do que um dedal, cheias dele, muito macio, bem cozido e temperado, com farta cobertura de canela por cima [...]. As doceiras, quase todas crioulas velhas, sentavam-se em caixotes por trás dos tabuleiros abertos à espera dos fregueses certos, pois nem todos os que iam à festa poderiam adquirir o que se expunha nos leilões, destinado a dar o maior lucro. Isto durou até os começos do século [XX] — e a última delas, ou uma das últimas, já quase centenária, ainda muita gente terá dela recordação e se lembrará de tê-la visto a cochilar sobre o tabuleiro — a preta Eva — a Eva Urubu, como a

desenvolveu, quando de sua condição de cativa, atividades voltadas à venda de quitutes (doces) e, no pós-abolição, por uma questão de sobrevivência ou experiência neste tipo de trabalho, continuou a exercê-lo. No entanto, a trajetória de Luisa pode ser completamente diferente, tendo adentrado no universo das ruas vendendo com seu tabuleiro, por uma questão de renda para si e para a família, assim como adentrado neste universo sem ter atuado nesta atividade antes.

Luisa, com seu tabuleiro sobre a cabeça — uma característica de diversos trabalhos realizados por mulheres de origem africana (lavadeiras, vendedoras com tabuleiros, etc.) — talvez vendesse seus produtos nas proximidades do Mercado Público, região bastante movimentada e, desde a década de 1840, afastada das barracas de comidas e quitandas. Assim, além de caminhar pelas ruas laterais do Mercado, Luisa talvez frequentasse as ruas do chamado Largo Santa Bárbara, onde ficava a Ponte do Vinagre, mais retirado do perímetro central/urbano. Uma das características do tipo de trabalho realizado por Luisa Amélia da Costa indica sua mobilidade e fluxo na cidade.

Outros tantos irmãos e irmãs do Rosário atuavam na irmandade e nas lutas quotidianas por sobrevivência: pedreiros, carroceiros, quitandeiras, leiteiros, domésticos/as, pintores, sapateiros, estivadores, pescadores, trabalhos importantes para as necessidades básicas da cidade no dia a dia.³⁹ Assim, percebemos na fotografia anterior, da região ao lado de fora do Mercado Público, no início do século XX, o comércio, envolvendo vendedores e compradores. Pessoas trajadas de diferentes maneiras, trabalhadores do porto, vendedores, senhoras comprando peixe, crianças, marinheiros, muita gente experienciando relações nos entornos do mercado. Local, como vimos

chamava a garotada — devido à sua carapinha curta, de pimentinhas negras e brancas a cobrir-lhe o crânio redondo, ou então, a levar sob o braço, o tabuleiro, naquele passo lento que a velhice concede a todos, para que não apressem o término da jornada...”. Oswaldo Rodrigues Cabral, *Nossa Senhora do Desterro. Memória*, Florianópolis, Lunardelli, 1979, p. 264.

39 Como bem salienta o autor Walter Fraga Filho ao discutir as últimas décadas da abolição e do pós-abolição na Bahia, muitas profissões continuaram a ser exercidas por africanos e seus descendentes e, utilizando-se da argumentação de Bert Barickman, percebe que os “trabalhadores livres especializados, carpinteiros, costureiras, ferreiros, marceneiros e outros artesãos costumavam receber por tarefa, ou pelo número de dias trabalhados. Para trabalhadores no corte de cana, pagava-se salário diário, ou pela quantidade de cana cortada. Ambas as formas de remuneração permaneceram no pós-abolição e, por certo, foram bem aceitas pelos libertos, por terem sido feitas em dinheiro”. Para maiores informações, ver: Walter Fraga Filho, *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*, Campinas, Unicamp, 2006, p. 231.

anteriormente, onde carroceiros de diversas procedências raciais e de inúmeras localidades traziam seus produtos para venda ou troca. Muitos carroceiros atuavam de forma independente, não necessariamente ligados a alguma companhia especializada neste tipo de serviço. De certo modo, a emergência e a importância destes carroceiros comporta pensar possibilidades de vida urbana.

Os carroceiros transportavam “desde carne verde do matadouro para os diversos pontos de distribuição, hortaliças para os mercados livres, encomendas para os diversos estabelecimentos comerciais, pão e leite para os consumidores, tijolos, terra e madeira para as construções”.⁴⁰ Segundo interpretação de Cruz (1991), o baixo custo para a construção de uma carroça tornava possível a entrada neste serviço, pois populares poderiam fabricá-las. Além disso, esta profissão permitia certa resistência à venda da força de trabalho para uma empresa, “um espaço alternativo de garantia de sua sobrevivência”. Para a autora, que analisa em especial a situação destes trabalhadores na cidade de São Paulo, importa também pensar na mobilidade física destes transportadores que, “aliada à sua independência, parece ter transformado os carregadores em verdadeiros elos na rede cotidiana de comunicação e generalização da experiência dos trabalhadores urbanos”.⁴¹

Desterro, até fins do século XIX esteve muito voltada para as atividades portuárias, com a comercialização de farinha de mandioca, aguardente e outros produtos vendidos para alguns estados ou para o exterior.⁴² Os trabalhadores vinculados ao porto envolviam-se em atividades da marinha e de pesca, eram marinheiros, estivadores, pescadores ou comerciantes de produtos do mar. Populares de diferentes origens e profissões utilizavam-se da área em torno do porto para comercializar,

40 Heloisa Faria da Cruz, *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência (São Paulo - 1900/1920)*, São Paulo, Marco Zero, 1991, p. 30.

41 Cruz, *Trabalhadores em serviços*, p. 31.

42 “Os membros das firmas exportadoras e importadoras, os agricultores que abasteciam o mercado dos produtos exportáveis e de consumo da vila, os armadores, os quais mantinham as relações entre a vila e o restante do país, além dos funcionários públicos e os militares eram as pessoas abastadas; os artífices e pequenos empregados e a massa da população sem meio de vida definido, sempre pronta a ocorrer a qualquer lugar em que surgisse possibilidade de ganho, constituíam o povo, os pobres. E era na praia do mercado que se encontravam os representantes mais baixos da primeira sociedade com a massa da segunda, procurando adquirir, por preços reduzidos, as mercadorias para o lar”. Victor Antônio Peluso Junior, “O crescimento populacional de Florianópolis e suas repercussões no plano e na estrutura da cidade”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, 3. fase, 3.981 (1991), p. 13, http://www.arq.ufsc.br/urbanismoV/artigos/artigos_pj.pdf, acesso em 24 maio 2014.

adquirindo mercadorias que abastecessem “seus lares” por preços mais módicos, algo que a expansão da urbe e do porto movimentava.

O porto sempre foi lugar de trocas comerciais e também culturais, uma espécie de janela “para o mundo”.⁴³ Era através do porto que o abastecimento da população se concretizava, além da ligação estabelecida com outras regiões. As articulações no entorno do porto possibilitaram o acúmulo de riquezas, “criando uma próspera classe de comerciantes, armadores e agenciadores de navios” que se relacionavam com populares na zona portuária.⁴⁴ No entanto, em fins do século XIX as atividades portuárias viveram um período de decadência em atuação e importância. Nas primeiras décadas do século XX, o porto deixa de ser o centro das atividades; no entanto, as atividades em volta do mercado mantiveram-se atuantes.

Além de carroceiros, quitandeiras, vendedoras com seus tabuleiros, a cidade de Desterro-Florianópolis possuía muitas atividades que envolviam carrinhos de mão e burros ou mulas carregando mercadorias em balaio.

Em 1914 Florianópolis possuía 606 casas comerciais. A indústria era de bens de consumo – móveis, chapéus de sol, torrefação de café, telhas de cimento, vinagre, bebidas, sabão, caramelos, fogos de artifícios, cigarros, massas alimentícias, refinação de açúcar, gelo. Grande firma existente na cidade instalara, em 1896, a fábrica de prego e em 1907, o estaleiro da Arataca. A outra fábrica importante de Florianópolis viria em 1917, a de rendas e bordados. [...] Automóveis percorriam as ruas da capital – eram em número de quatorze. Ainda não havia táxis, pois o transporte era feito em carros de praça de tração animal, no total de trinta e cinco. As cargas eram transportadas por vinte veículos de carroto, cento e quarenta carroças e vinte e oito carrinhos de mão. Todos os distritos na ilha ligavam-se à sede por estradas de rodagem.⁴⁵

Chama atenção os desdobramentos que estes dados potencializam em termos de trabalhos populares no setor de serviços ou autônomos, como os irmãos carroceiros que pagavam impostos por suas carroças. Cargas eram

43 Para maiores informações sobre as atividades portuárias em Desterro consultar: Cardoso, *Negros em Desterro*; Malavota, *Os africanos de uma vila portuária*; Laura Machado Hübener, *O comércio da cidade do Desterro no século XIX*, Florianópolis, UFSC, 1981.

44 Joana Maria Pedro, *Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX, (1831-1889)*, Florianópolis, UFSC, 1995, p. 37.

45 Peluso Jr., *O crescimento populacional de Florianópolis*, p. 14-16.

transportadas por veículos de carreto, carroças e carrinhos de mão, conduzidas pelas ruas da cidade por sujeitos pobres, de origens africanas, contrastando com a modernização europeizante e os ideais republicanos.⁴⁶

As duas imagens a seguir trazem nitidamente homens afros realizando seus afazeres: na primeira, um carregador, contratado para inúmeras atividades do dia a dia da cidade, até mesmo para carregamentos de materiais nas obras da capela da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, por exemplo. Já na segunda, trazendo consigo um burro ou mula e balaio, provavelmente com mercadorias, um homem afro caminha lateralmente ao trilho do bonde. Também se fez marcante a presença dos leiteiros, atuantes nas ruas e nas moradias distribuindo o leite aos habitantes. A fotografia, cujo foco volta-se para dois leiteiros, apresenta elementos da atuação no mercado de trabalho de inúmeros africanos/as e seus descendentes da cidade e arredores.

Imagem 2

Centro, Praça XV de Novembro, década de 1940.⁴⁷



46 Santos, *Do mar ao morro*, p. 139.

47 Brasil, Universidade Federal de Santa Catarina (BR, UFSC), Fotos da Ilha, *Centro - Praça XV - Década de 1940*, <http://www.velhobruxo.tns.ufsc.br/FotoAntigas/Album005/pages/Centro%20-%20Praça%20XV%20-%20Década%20de%201940.jpg.htm>, acesso em 4 jun. 2012.

A figura do carregador é muito marcante no universo urbano em expansão. E, em diferentes momentos, os livros-caixa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito apontam despesas oriundas do transporte de moios de cal, tábuas, ferro, tijolos, através de carretos. No ano de 1890, por exemplo, consta como despesa o pagamento de ferragens e diversos objetos, também tintas, serviços com vidraceiro e carretos.⁴⁸ Além de contratações realizadas, o próprio irmão João Fernandes Capella era proprietário de dois carrinhos de mão, conforme registro de 1896, referente ao pagamento de 12\$000 réis de impostos.⁴⁹ Seu primeiro registro encontrado, na documentação da Irmandade, data de 1873, quando participa de uma reunião e o irmão Manoel Tavares de Lima assina “a rogo” de João Fernandes Capella.⁵⁰

Francisco Antonio de Oliveira, provavelmente uma pessoa de poucas posses, ao que tudo indica possuía um carroto para condução de produtos, mercadorias e realização de pequenos serviços. Conforme destacamos, a figura do carregador conduzindo seu carroto foi constante na Irmandade. Entregando materiais para as constantes obras, muitos carregadores receberam pelos trabalhos realizados. Barro, areia e telhas foram os produtos entregues pelo senhor Francisco em 1895, a pedido da Irmandade e, provavelmente, após negociação com o tesoureiro Antonio Jeronymo Pires. Francisco, não sabendo ler e escrever, teve um “a rogo” registrado por Joaquim Bazilio da Silva.

Nº 37 recebi do senhor Antonio Jeronymo Pires tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a quantia de sete mil duzentos réis, 7200 reis proveniente de condução de barro e areia e telha que conduzi para o trabalho da igreja à de julho de 1895 e eu por não saber ler nem escrever pedi ao senhor Joaquim Basílio Silva por mim fizesse e assignasse.

Desterro, 9 de Fevereiro de 1896

A rogo de Francisco Antonio de Oliveira

[Ass.] Joaquim Bazilio da Silva.⁵¹

48 BR IRSB, Livro-Caixa, 11, 1876-1890, p. 50.

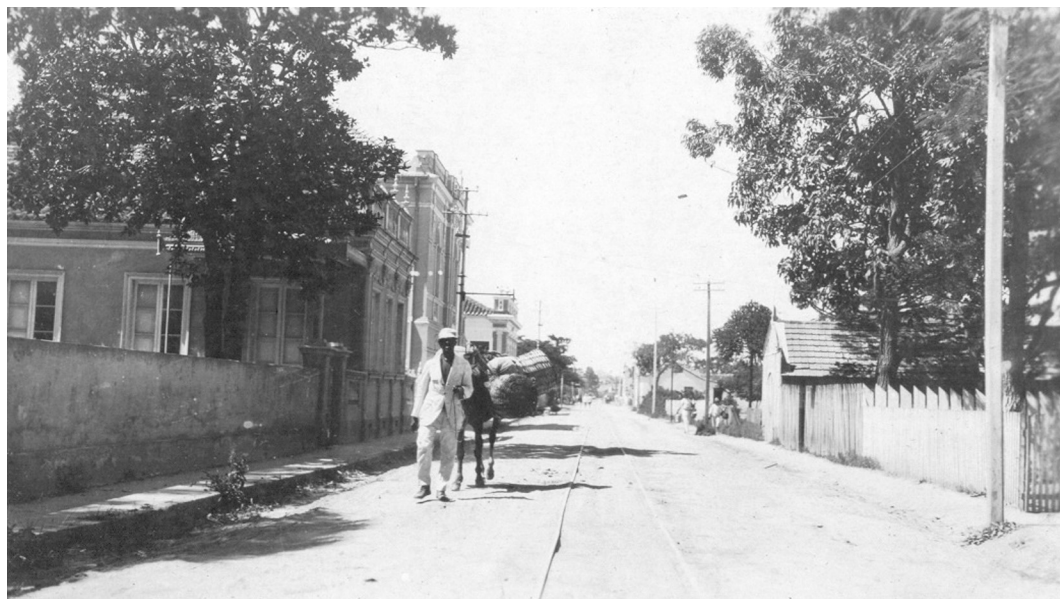
49 *A República*, 24 set. 1896.

50 Seu nome não foi localizado na lista de registros de irmãos, o que nos indica a possibilidade de que a tabela possa estar incompleta, ou, como ocorreu com alguns livros-caixa, existir mais de uma tabela (livro de registros).

51 BR IRSB, Livro-Caixa, 13, 1891-1906, p. 5.

O condutor do carreto, conforme imagem anterior, possui chapéu, assim como o senhor que, com sua mula, provavelmente levava produtos para comercialização aos arredores do mercado. Caminhava o vendedor num dia de sol, com a mula carregada de produtos e balaios em destaque, sendo talvez oriundo de uma área mais afastada da região de forte comércio. Os contrastes da modernidade apresentam-se marcantes nos trilhos do bonde tracejados sobre a estrada na qual segue compassadamente.

Imagem 3
Tipos populares.⁵²



Na foto seguinte, os vendedores de leite, ambos com seus chapéus, também apresentam como típico uma vestimenta que se assemelha a um paletó e calça comprida. Cremos ser o traje um indicativo de respeito, de postura e também de afirmação após a abolição.⁵³ O leiteiro à esquerda

⁵² Brasil, Casa da Memória (BR, CM), pasta 1910-1920.

⁵³ Esta questão do respeito pode ser analisada a partir de referenciais das sociedades recreativas, por exemplo. Instituições organizadas pela sociedade civil, de origem africana, em contraponto aos clubes mais elitizados que não permitiam a entrada de afros, as sociedades recreativas tinham entre suas recomendações o uso de ternos, paletós, sapatos (para os homens) e vestidos mais recatados (para mulheres). No entendimento de Carvalho, “vestir-se bem também servia de linguagem para expressar e manter a estabilidade nesses espaços sociais. Dessa forma, a aparência física é importante para reafirmar a condição social dos afrodescendentes perante o grupo dominante”. Neste sentido, podemos crer que a ideia de bem trajar-se, utilizada nos clubes recreativos organizados por afros integrou, de certo modo, a população afro, trabalhadora, em especial vendedores de porta em porta, como era o caso dos leiteiros. Isso não significa uma homogeneização dos sujeitos aqui discutidos, mas uma possibilidade. Sobre as sociedades recreativas, organizações fundadas em fins do

parece estar descalço, talvez pela pobreza e sua condição de liberto, uma das marcas herdadas do período escravista. Ambos aparentam conversar, um encontro em meio à lida diária de fornecer leite à população citadina. Figuras observadas por legislações e fiscais municipais, os leiteiros envolviam uma necessidade — o provimento de leite — e, ao mesmo tempo, demonstravam indícios de uma cidade que “precisava” de medidas sanitário-higienistas.

Imagem 4

Tipos populares de Florianópolis no início do século XX.⁵⁴



Os populares de origem africana, longe de serem “viciados”, “vagabundos” e “promíscuos”, como induziam crer as autoridades, interagiram, de diferentes formas, com as mudanças urbanas do período.⁵⁵

século XIX, em especial nas primeiras décadas do século XX, consultar: Andréa Aparecida de Moraes Cândido Carvalho, *Negros de Lages: memória e experiência de afrodescendentes no planalto serrano*, Monografia (Graduação em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2001; Júlio César da Rosa, *Sociabilidades e territorialidade: a construção de sociedades de afrodescendentes no sul de Santa Catarina (1903/1950)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

54 BR IHGSC, Fototeca.

55 No entendimento de Carlos José Ferreira dos Santos, “a designação ‘vagabundo’, atribuída a alguém, não significava necessariamente uma falta de atividade ou de trabalho, mas, por vezes, a existência de ocupações indesejáveis, vinculados a modos de vida diferenciados, que

Em especial, atuaram nas obras reformadoras, indiretamente responsáveis pela expulsão das classes populares do perímetro urbano. Paradoxos do que ficou conhecido como modernidade, que construindo palacetes, arruamentos, avenidas, incluía para excluir, afastar populares.

Imagem 5
Rua João Pinto, 1909.⁵⁶



se contrapunham à disciplina que se estabelecia. A perseguição à chamada ‘vagabundagem’ era também uma tentativa de expropriar hábitos, costumes, tradições, saberes que pudessem conferir uma relativa autonomia às pessoas”. Santos, *Nem tudo era italiano*, p. 117.

56 BR, IHGSC, Fototeca.

Esta outra foto enfoca pessoas que trabalhavam em obra de calçamento da Rua João Pinto em 1909, indicando a expressiva participação de homens afros a realizar trabalhos de reconstrução, remodelação e reordenamento, que os expulsava para os morros. Crianças com cachorros “espiando” as movimentações, as aberturas, os esquadrinhamentos; homens de origem africana com pás, enxadas, canos; uma rua que mais parecia um bairro popular. A Rua João Pinto também esteve presente nos registros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, quando a associação adquiriu uma casa nesta rua em 1903, ao custo de dois contos e oitocentos mil réis. A casa, em posse de Leopoldina Rocha, era herança de João Fernandes Capela (que foi membro da irmandade, inclusive) e sua esposa Joana. Leopoldina, irmã de João, vendeu a casa, número 17, à irmandade.⁵⁷

Os ideais de urbanização à europeia — civilização, assepsia, modernidade — pretendidos pelas elites dirigentes necessitaram das mãos trabalhadoras das classes populares para sua concretização. Assim, pedreiros e calafates que muito trabalharam nas ruas de Florianópolis, em busca de melhores condições de vida, tornaram-se incômodos, inconvenientes para esta sociedade, sendo seus corpos e modos de vida, empurrados para as periferias de cidades republicanas.⁵⁸

Entre os anos de 1930 e 1940 todas as grandes — no sentido de impactantes — obras remodeladoras, higiênico-sanitaristas, estavam materializadas. Homens e mulheres pobres, afros em sua maioria, sem seus casebres ou cortiços — transformados em “belos” sobrados em que pessoas “civilizadas” e homens de negócio teriam morada — foram arremessados às periferias, contornos da região considerada então perímetro central. Serviços vistos como desqualificados, de baixa remuneração, mas imprescindíveis aos projetos políticos de modernização, constavam entre as inúmeras atividades, ações e experiências diárias destes sujeitos populares de origem africana.

As décadas de 1930 e 1940 envolveram uma nova configuração política no estado de Santa Catarina e na cidade de Florianópolis. Período de atuação do governador Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, também político. Com a ascensão de Vargas no cenário nacional (o Estado Novo), em

57 BR, IRSB, Livro-Caixa, 13, 1891-1906, f. 33v.

58 “Como povos africanos socializavam-se em redes de tradições orais, o corpo constitui-se em suporte comunitário de memórias, sendo que o ritmo e a palavra produzem interações sociais e metafísicas, conectando pessoas e elementos do cosmos”, Maria Antonieta Martines Antonacci, “Decolonialidade de corpos e saberes: ensaio sobre a diáspora do eurocentrismo” in: *Memórias ancoradas em corpos negros*, São Paulo, Edusc, 2013, p. 4.

Santa Catarina pressionou-se a população à entrada na brasilidade. Assim, a Campanha de Nacionalização, por meio do ensino escolar, foi uma das medidas governamentais, obrigando o português como língua única, em detrimento das demais faladas, em especial por populações afros e imigrantes. A corrente adotada por Nereu Ramos neste momento, seguia interesses das elites latifundiárias serranas.

Em Florianópolis, na década de 1930,

a parte central da cidade abrigava os edifícios comerciais, os da administração pública, o Palácio do Governo, algumas agências bancárias e a catedral metropolitana. Todo esse cenário era emoldurado pela Praça XV de Novembro, lugar de múltiplos prazeres e encontros, e onde os jovens de todas as camadas sociais e de diferentes etnias costumavam frequentar aos domingos e feriados. No interior da Praça, tendo a figueira como testemunha, ficavam os coretos onde animadas bandinhas tocavam para o povo se alegrar. O cinema tinha como uma das suas grandes atrações a seção das moças. Os cafés e as confeitarias eram os lugares para os bate-papos. As principais ruas do centro eram pavimentadas e o serviço de telefonia e saneamento básico, embora precariamente, já funcionava, atendendo apenas uma camada muito reduzida da população que era mais abastada. A Ponte Hercílio Luz já ligava a Ilha ao Continente, facilitando o transporte, e eram abertas novas ruas para os arredores da cidade.⁵⁹

No entendimento de Maria das Graças Maria, por volta dos anos 1930 e 1940, a cidade havia se transformado intensamente com as reformas urbanas cultivadas pelos empreendedores políticos e “o centro da cidade já não ‘abrigava’ mais a massa de despossuídos, pois a maior parte fora transferida para outros lugares”. Segundo a autora, ainda assim, no interior daquela cidade normatizada pela política do Estado Novo, sob a forma de tentativa de empreender um movimento homogeneizador sobre a sociedade da época, passou a existir outra, a “cidade esconderijo”. Esta foi palco de histórias de homens e mulheres que, na sua multiplicidade de experiências e apesar das normas reguladoras, da política e dos valores dominantes, viveram seu cotidiano em meio a movimentos constantes a instituírem, por assim dizer, uma cidade transgressora. Dessa forma refizeram seus territórios, inventaram seus códigos, redefiniram seus espaços, imprimindo a marca de suas tradições culturais.⁶⁰

59 Maria das Graças Maria. *“Imagens invisíveis de Áfricas presentes”: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis — 1930 a 1940*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997, p. 36.

60 Maria, *“Imagens invisíveis”*, p. 92.

Podemos apreender que mesmo tendo sido destruídos, os antigos territórios habitados pelas populações de origem africana, a “cidade esconderijo” apresentada por Maria, nos permite vislumbrar novos territórios em pontos específicos da cidade. Entre estes, importa referir o *footing* — da Praça XV, da rua Arcipreste Paiva e da calçada do Palácio do Governo; os lavadouros públicos (fontes de água onde trabalhavam as lavadeiras), as irmandades católicas, os clubes recreativos, as comunidades negras, as escolas de samba, os terreiros de umbanda e a dança do cacumbi. Territórios que, “ao se constituírem além da presença dos cidadãos negros também foram resultado das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos de descendência africana”. Para a autora, a própria Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito constituía um “território negro”, de modo que estabelecia uma rede de solidariedade entre seus irmãos e irmãs, uma possibilidade de construir táticas de sobrevivência em meio às tensões daquele contexto urbano, com inúmeras resistências e encontros.⁶¹ Nosso recorte temporal termina por aqui, quando se desfazem os núcleos centrais marcados pela forte presença das populações de origem africana.

Imagem 6
Rua do Vigário, década de 1920⁶²



61 Maria, “Imagens invisíveis”, p. 20, 125, 136.

62 BR, IHGSC, Fototeca.

Os anos 1930 experienciaram “novos ares” urbanos, tendo sido concretizadas as obras remodeladoras empreendidas pelos governos e elites governantes. A fotografia acima, da Rua do Vigário, expõe ao fundo uma construção em ruínas, demolida, dando espaço para o “novo”, belo e moderno. Provavelmente, a intenção do fotógrafo informava medidas a serem tomadas a partir do visual retratado.⁶³ Edificações, ruas, morros compunham cenários de um “dossiê iconográfico”, ora retratando imagens do que precisava ser alterado e modernizado, ora evidenciando demolições e novas construções, alinhadas aos projetos republicanos, padronizados, hierarquizantes e higienistas.⁶⁴

Quando muitos cortiços foram desfeitos, casas demolidas, ruas alargadas, rios canalizados e territórios de memória reordenados para o “bem público”, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, território de vivências de origens africanas no centro da cidade, buscou maneiras de acompanhar estas alterações físicas, de poder e também de luta por espaço e sobrevivência numa realidade de romanização das práticas católicas. Num precário equilíbrio entre manutenção de práticas de seus irmãos afros e incorporação de mudanças propostas pela Igreja Católica, a associação, e seus diferentes sujeitos históricos, (re)construiu e ressignificou vivências “rejeitadas, ignoradas e desqualificadas” pelos poderes públicos e dirigentes.⁶⁵ Vivências estas não condizentes com as posturas desejadas para a capital do estado.

recebido em 18/06/2013 • aprovado em 08/08/2013

63 Antonio Ribeiro de Oliveira Júnior, “O visível e o invisível: um fotógrafo e o Rio de Janeiro no início do século XX” in: Samain, *O fotográfico*, p. 73-84.

64 Peluso Junior, *O crescimento populacional de Florianópolis*.

65 Santos, *Nem tudo era italiano*, p. 59.